

# CORREIO POLÍTICO

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

POR  
RUDOLFO LAGO



Indígenas acompanharam as sessões de julgamento

## Decisão do STF não é capítulo final da novela Ferrogrão

Não será surpresa se a polêmica envolvendo a Ferrogrão – a estrada de ferro projetada para ligar a cidade de Sinop, no Mato Grosso do Sul, ao porto de Mirituba, no Pará – acabar parando em alguma Corte internacional. Na quinta-feira (21), o Supremo Tribunal Federal (STF), por 9 votos a 1, considerou constitucional a lei que altera a área do Parque Nacional do Jamanxim, tirando dele 862 hectares para que passe a estrada de ferro. O que pode levar a um julgamento internacional é o fato de a decisão poder contrariar uma convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. Trata-se da Convenção 169, e por conta dela que as comunidades indígenas conseguiram segurar a ferrovia.

### Povos precisam ser ouvidos

A Convenção 169 determina que os povos que habitam uma região que vier a ser afetada por uma obra precisam ser ouvidos nas fases de concepção e licenciamento. Está aí um primeiro ponto de discussão. Pode ter sido ultrapassado o ponto de concepção, mas ainda não o de licenciamento. Os povos indígenas, especialmente caiapós, que habitam a região até foram ouvidos, mas não aceitam a ferrovia.

Ricardo Botelho/Minfra



São 993 km de ferrovia até o Pará

### Mais de 20 outras ações

Quem os defende afirma que a obra não pode contrariar a decisão dos povos que ali habitam. E uma insistência nesse sentido fere a convenção da OIT. Assim, a possibilidade algum recurso fora do país não é algo a ser descartado. Mas há também outros caminhos internos que os advogados dos povos indígenas irão tomar. O advogado do Instituto Kabu, que representa os caiapós, Melillo Dinis, disse ao Correio Político que há mais de 20 outras ações correndo na Justiça Federal. Mas há também outro caminho junto ao Tribunal de Contas da União (TCU).

### Ainda travada no TCU

A Ferrogrão ainda está travada no TCU por uma decisão que havia sido tomada pelo ministro Aroldo Cedraz, que se aposentou. Agora, os casos que envolvem a ferrovia ficarão para quem o substituiu, Odair Cunha, que até a terça-feira da semana passada era deputado federal pelo PT de Minas Gerais. As próximas decisões a respeito da ferrovia e sua construção serão dele.

### Licenciamento

A última decisão do TCU determina a suspensão do processo de concessão para a obra até que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Ministério dos Transportes resolvam questões ainda pendentes sobre participação social, licenciamento ambiental e previsão de aportes públicos.

### PAC 2

A Ferrogrão é uma das obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), o programa ações prioritárias de investimentos do governo federal. A área de transportes é totalmente a favor dela. A de meio ambiente, não. Tratam-se de 993 km que vão ampliar a capacidade transporte de grãos.

### Risco

Quem defende a ferrovia afirma que seu impacto ambiental é menor. Afinal, hoje esse transporte, pela mesma região, acontece pela BR-163, diversos caminhões. O trem por ali passaria gerando menos poluição e sem paradas e contatos que afetem os povos originários. O problema são os riscos indiretos.

### Capacidade

Uma muito maior capacidade de transportes poderá estimular a ida de mais fazendeiros para a região, aumentando o impacto sobre a região. O risco, então, não é somente para os povos que ali vivem. Seria mesmo ambiental, porque na região do Jamanxim estão as bacias hidrográficas dos rios Xingu e Tapajós, de grande importância.

### Repercussão

Outro argumento diz respeito à repercussão para além da Ferrogrão. Nenhuma decisão judicial fica restrita ao caso específico. “O STF considerou que é legítimo o Congresso alterar por lei a extensão de uma área destinada a preservação ambiental”, observa Melillo Dinis. Não será impossível outras situações.

### Tensão

Finalmente, Melillo teme pelo aumento grande da tensão na região do Jamanxim. “Acho importante não se desconsiderar a força do povo indígena que vive nessa região”, alerta ele. A atração de mais pessoas, ao longo da ferrovia, poderá aumentar, prevê o advogado, a possibilidade de conflitos.



Leo Prates apresenta texto na segunda para votar na quarta

# Câmara deve concluir fim da 6x1 esta semana

Agenda tem ainda PEC que amplia autonomia do BC

Por Gabriela Gallo

O foco da semana no Congresso Nacional, especialmente na Câmara dos Deputados, será voltado para a análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que determina o fim da jornada de trabalho na escala 6X1 (quando o empregado trabalha seis dias da semana e descansa somente um). O relator da medida, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), apresenta nesta segunda-feira (25) o parecer final da mudança na comissão especial da Câmara. A previsão é que os membros da comissão tenham contato com a medida na segunda e, de fato, votem a aprovação do texto na quarta-feira (27).

Seguindo o cronograma do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), a previsão é que o plenário da Câmara aprove o texto ainda nesta semana, de forma que a redução da jornada de trabalho seja efetivada na Casa Legislativa ainda no Mês do Trabalhador.

O texto determina a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas semanais, na escala de trabalho 5X2, sem redução salarial. As mudanças valem para empregados contratados por de carteira assinada, seguindo a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Tal como os impactos econômicos da medida, o período de transição da medida está em desacordo na Casa.

Parlamentares da base governista visam uma mudança imediata enquanto a oposição defende um período de transição de dez anos.

Em meio aos registros de queda nas pesquisas eleitorais, o senador e pré-candidato à presidência da República, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), planeja viajar aos Estados Unidos (EUA) nesta semana para se encontrar com o presidente Donald Trump (Republicano) e, consequentemente, reforçar sua imagem e sua candidatura junto à direita internacional.

A medida é articulada em meio à crise gerada após o vazamento de trocas de mensagens e áudios com o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, e também após o encontro entre Trump e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ter sido um sucesso, o que foi um baque para os representantes da direita brasileira. O encontro, especulado para ocorrer nesta sexta-feira (29), ainda precisa da confirmação da Casa Branca para ocorrer.

Ainda nesta quarta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal votará a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 65/2023 que amplia a autonomia do Banco Central (BC).

Segundo o relatório do senador Plínio Valério (PSDB-AM), o BC deixaria de ser uma autarquia e passaria a ser uma instituição de “natureza especial”.